

32

Manual
para Elaboração do
Plano Plurianual
2012 - 2015

*Secretaria do Planejamento e Gestão
do Estado do Ceará*



GOVERNADOR DO ESTADO

Cid Ferreira Gomes

VICE-GOVERNADOR

Domingos Gomes de Aguiar Filho

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Antonio Eduardo Diogo de Siqueira Filho

SECRETÁRIO ADJUNTO

Philipe Theophilo Nottingham

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Marcos Antônio Brasil

COORDENADORES

Fátima Coelho Benevides Falcão

Naiana Correia Lima

Marcos Medeiros de Vasconcelos

Elaboração e Coordenação Técnica

Ana Lúcia Lima Gadelha

Colaboradores

Antenor Barbosa Filho

Naiana Correia Lima

Marcos Medeiros de Vasconcelos

DIAGRAMAÇÃO

Manoel Vital da Silva Júnior





APRESENTAÇÃO

O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Estadual para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, conforme disposto no artigo 165 da Constituição Federal de 1988. O PPA declara as escolhas pactuadas com a sociedade e contribui para viabilizar os objetivos propostos na consecução dos resultados almejados.

O presente Manual apresenta as orientações para a elaboração do PPA 2012–2015, baseadas na nova estrutura adotada pelo Governo Federal. Naquele nível de governo foram introduzidas mudanças muito significativas, considerando a metodologia adotada nos últimos três Planos Plurianuais do Governo Federal. O sentido geral das mudanças é a busca pelo caráter mais estratégico do Plano, criando condições efetivas para a formulação, a gestão e a implementação das políticas públicas. Além disso, a nova estrutura sugere nova definição de espaços de atuação do Plano Plurianual e do Orçamento, com o fim de qualificar a comunicação com a sociedade.

O Governo do Ceará, com o objetivo de alinhamento com a proposta de elaboração do PPA 2012-2015 do Governo Federal, adotou o respectivo modelo para elaboração do PPA 2012-2015 estadual, contudo, adequando a metodologia à realidade do Planejamento estadual e à execução de seus programas e ações.

O presente manual apresenta as etapas de elaboração do PPA 2012-2015, contendo a base estratégica do Plano com seus princípios e diretrizes gerais, o arcabouço conceitual e a metodologia para elaboração dos programas, além de apresentar em linhas gerais o processo participativo nas Regiões do Estado.

Desta forma, os atores envolvidos na elaboração do PPA 2012-2015 encontrarão neste Manual, tanto as orientações e esclarecimentos sobre o processo de planejamento, quanto a base conceitual para



formatação dos programas.

No que tange à orientação na elaboração dos programas, será utilizado o presente manual para treinamento das equipes de planejamento setoriais, a fim de ser constituído o portfólio de programas governamentais.



INTRODUÇÃO

O Plano Plurianual, instrumento de planejamento estabelecido nas Constituições Federal e Estadual, estabelece a alocação de recursos para um período de 4 anos. Nesse recorte, se inserem todas as iniciativas de governo, complementadas por aquelas de parceiros públicos e privados.

Aa nova gestão, mais uma vez, tem como desafio a elaboração de um novo Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015, alicerçada nas diretrizes do Governo Estadual para a gestão 2011-2014.

Esse é um desafio que não se resume à feitura do documento de planejamento em si, mas na proposta de consolidar um Plano que reflita a vontade e interesses da população do Estado do Ceará e que oriente as ações de gestores públicos e atores sociais.

A harmonia entre a condução das políticas econômicas e sociais de estímulo ao desenvolvimento e de ampliação das infraestruturas, num ambiente marcado por limitações de recursos, requer a participação conjunta de Governo e Sociedade, somando esforços e compartilhando responsabilidades.

O planejamento governamental tem papel fundamental na superação desses desafios. Ele é o instrumento de viabilização e concretização de uma gestão pública empreendedora, inovadora, ética, transparente e voltada para resultados, como pretende a atual gestão (2011-2014).

O novo Plano Plurianual 2012-2015, em fase inicial de elaboração, estabelece suas bases a partir da participação social e das potencialidades regionais. Esse é o diferencial: dialogar com a sociedade, partindo de suas realidades regionais, construir juntos os rumos e o futuro das regiões, num debate caloroso de idéias, opiniões e consensos.

Alinhado com a proposta do Governo Federal, o Governo do Estado do Ceará, redesenhou as categorias do Plano Plurianual, a partir



das quais se organizava. Ou seja, o binômio “Programa-Ação” que estruturava os planos plurianuais dá lugar a Programas Temáticos Setoriais, Objetivos e Iniciativas¹, tornando-se a “Ação” uma categoria exclusiva dos orçamentos. Com isso, define-se uma relação de complementaridade entre os instrumentos (PPA e LOA), sem prejuízo à integração. O Plano tem como foco a organização da atuação de governo nos níveis estratégico e tático, e o Orçamento responde pela organização no nível operacional.

Espera-se, também, maior versatilidade dessas novas categorias a partir das quais o Plano é organizado, possibilitando a explicitação da diversidade dos arranjos programáticos empregados para a materialização das políticas públicas, como mecanismos de identificação, priorização e seleção de beneficiários e de organização das relações entre os entes federados e entre as esferas pública e privada. Outra consequência positiva dessa versatilidade é o estabelecimento de condições para um melhor tratamento da política setorial, assim como da organização das mesmas, a partir dos diferentes recortes territoriais.

Considerando que a nova metodologia proposta pelo Governo Federal está sujeito a mudanças, e a realidade do Planejamento do Estado do Ceará, é pertinente que, no nível estadual, se proceda às modificações necessárias para melhor adaptar-se ao modelo proposto, durante inclusive todo o período do Plano.

Desse modo, não só, nessa fase de elaboração da proposta do Plano Plurianual 2012-2015, mas também durante sua implementação (fases revisionais) far-se-ão as mudanças e adaptações que melhor aproximem o modelo metodológico às práticas de planejamento do Estado, visando aperfeiçoar o processo em todas as suas etapas.

1. O Plano contemplará também Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.



PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DO PLANO

Elemento central do Planejamento Estadual, o PPA 2012-2015, a partir da nova estrutura proposta, será orientado pelos seguintes princípios:

- **Gestão por Resultados** - Pautada no compromisso de Governo de evidenciar resultados efetivos para a população que melhorem a condição de vida de todos os cearenses e alavanquem o desenvolvimento sustentável do Estado. Trata-se de executar políticas e programas, privilegiando o foco em resultados, em detrimento da ótica centrada exclusivamente no gasto, priorizando ações e contemplando o senso distributivo na alocação dos recursos públicos.

- **Participação social** como importante instrumento de interação entre o Estado e o Cidadão, com vistas à efetividade das políticas públicas.

- **Incorporação da dimensão territorial** na orientação da alocação dos investimentos, objetivando o equilíbrio territorial, superando os desafios e potencializando oportunidades regionais.

- **Foco na execução das políticas públicas**, reforçando a necessidade de realizar as Iniciativas definidas no Plano.

- **Estabelecimento de parcerias** com o Governo Federal e os municípios, a iniciativa privada e a Sociedade civil, visando à união de esforços para o alcance de objetivos comuns.

- **Foco na efetividade** - Entendida como desempenho quanto à transformação de uma realidade, que aponta mudanças socioeconômicas, ambientais ou institucionais necessárias e que deverão se efetivar pela execução das políticas públicas.

- **Foco na eficácia** - Relacionada com a dimensão tática do Plano, entendida como a incorporação de novos valores às políticas públicas e a entrega de bens e serviços ao público adequado, no tempo e no lugar apropriados.

- **Aperfeiçoamento das diretrizes** para uma alocação orçamentária mais eficiente na priorização dos investimentos.



Objetivos do Plano Plurianual 2012-2015:

- Melhorar o desempenho gerencial da administração pública, tendo como elemento básico a gestão por resultados.
- Organizar em programas todas as propostas do Governo que resultem em bens ou serviços para atendimento das demandas da sociedade.
- Dar maior transparência à aplicação dos recursos públicos e aos resultados obtidos.
- Explicitar a distribuição regional das metas e gastos do Governo.
- Assegurar que os programas estejam alinhados com a orientação estratégica do Governo e compatíveis com a previsão de disponibilidade de recursos.
- Permitir, por meio dos orçamentos, a alocação de recursos compatível com os objetivos e iniciativas estabelecidas no Plano e com o desempenho obtido na execução dos programas.
- Estimular as parcerias para diversificar as fontes e alavancar os recursos necessários aos programas, com vistas a ampliar seus resultados.

CONCEITOS E ESTRUTURA DO PPA

A nova estrutura de Plano permite comunicar à sociedade os principais objetivos de governo e suas respectivas metas de maneira mais simples e direta, propiciando ainda o aprimoramento do controle social e da transparência das ações de governo. Além disso, organiza a ação de governo na busca de um melhor desempenho da Administração Pública. É papel do Plano, além de declarar as escolhas do Governo e da sociedade, indicar os meios para a implementação das políticas públicas, bem como orientar taticamente a ação do Estado para a consecução das propostas de Governo. Nesse sentido, o Plano se estrutura nas seguintes dimensões:

- **Dimensão Estratégica:** Trata-se das orientações estratégicas de Governo para o período do Plano. Correspondem ao conjunto dos (i) Eixos de Governo e suas diretrizes, (ii) áreas temáticas, (iii) os cenários econômico e fiscal que prospectam a execução dos recursos do PPA, (iv) os resultados e indicadores estratégicos de Governo e setoriais, (v) e os Compromissos Regionais colhidos e validados por ocasião da realização do processo participativo² nas regiões.

- **Dimensão Tática:** Define caminhos, por meio dos programas e de suas iniciativas voltadas para o alcance dos Resultados definidos na dimensão estratégica, considerando as variáveis inerentes à política pública tratada. Vincula os Programas para consecução dos Objetivos assumidos, estes materializados pelas Iniciativas expressas no Plano.

- **Dimensão Operacional:** relaciona-se com o desempenho da ação governamental no nível da eficiência e é especialmente tratada no Orçamento, por meio dos projetos, atividades e operações especiais. Busca a otimização na aplicação dos recursos disponíveis e a qualidade dos produtos entregues.

O PPA 2012–2015 trata essas dimensões conforme ilustrado na Figura 1, com suas principais categorias, descritas na seqüência.

2. Tratar-se-á do processo de participação do PPA 2012-2015, em linhas gerais, no item 3 deste Manual.



Programas são instrumentos de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos. O Programa Temático Setorial retrata no Plano Plurianual a agenda de governo organizada pelos Temas das Políticas Públicas de cada Secretaria (gestora do Programa).

Os Programas Temáticos Setoriais, portanto, devem ter a abrangência necessária para representar os desafios, a territorialidade e permitir o monitoramento e a avaliação. Em alguns casos, deve expressar as transversalidades e as multissetorialidades. O Programa Temático Setorial se desdobra em Objetivos e Iniciativas.

O Objetivo comunica o que será realizado e para que, a fim de modificar ou potencializar determinada condição ou situação da política de que trata o Programa Temático Setorial. Pode ainda indicar o como fazer e onde fazer. O programa Temático Setorial poderá ter um ou mais objetivos, o qual dá origem a um conjunto de iniciativas, de forma regionalizada.

A Iniciativa declara as entregas à sociedade de bens e serviços, resultantes da execução de um conjunto de ações orçamentárias e não-orçamentárias.

Os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado são instrumentos do Plano que classificam um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental, bem como de ações não tratadas nos Programas Temáticos Setoriais por meio de suas Iniciativas.



ELABORAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2012–2015

1. PROCESSO DE ELABORAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2012–2015

O Projeto de Lei do PPA 2012–2015, a ser encaminhado à Assembleia Legislativa até 30 de setembro de 2011, pelo Chefe do Poder Executivo, será elaborado tendo como referência diretrizes gerais emanadas do Plano de Governo para a gestão 2011-2014.

Dentre essas diretrizes, destacam-se as do Plano de Governo, os cenários econômico e fiscal prospectados para o período do Plano, emanados da proposta da LDO 2012, os Resultados Estratégicos de Governo e Setoriais e seus respectivos indicadores, e os compromissos regionais, todos delineando, em termos gerais, o Ceará almejado no médio e longo prazos.

Com base nessas diretrizes, o PPA 2012–2015 será constituído de Programas Temáticos Setoriais e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. A discussão desses Programas no âmbito do Governo Estadual se dará entre a Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG) e as Secretarias gestoras das Políticas Públicas.

Os Programas Temáticos Setoriais serão elaborados pelas Secretarias gestoras, a partir das orientações deste Manual. A SEPLAG assessorará em todo o processo e realizará oficina de trabalho com grupos de Secretarias, agrupadas por Eixo de Governo. Nas oficinas será apresentada a metodologia de elaboração dos Programas e uma aplicação que será relativa a exemplos de Programas Temáticos Setoriais e programas de gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. Na oportunidade será apresentado o novo formato do Sistema SIOF WEB, adaptado para as mudanças introduzidas pela nova metodologia do PPA 2012/2015.

Após as oficinas será aberto o sistema SIOF WEB para inserção



das informações relativas aos programas. Durante todo esse processo, a SEPLAG estará realizando a análise das informações e checando a consistência do conteúdo das propostas com os conceitos apresentados neste Manual. As modificações que se fizerem necessárias serão realizadas pelo Órgão executor e, ao final, consolidadas pela SEPLAG.

ATENÇÃO

Para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público Estadual, e Tribunais de Contas do Estado e Municípios haverá uma dinâmica específica de elaboração dos Programas, conforme detalhado no item 2.3. adiante.

2. ELABORAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2012–2015

São apresentados na sequência conceitos e exemplos para auxiliar no processo de elaboração das Áreas Temáticas, dos Programas Temáticos Setoriais e dos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

2.1. Área Temática

As Áreas Temáticas de Governo compreendem grandes temas aglutinadores dos programas do PPA. Essas áreas coincidem, em grande parte das vezes, com a atuação das próprias Secretarias de Governo. As denominações das Áreas Temáticas serão elaboradas pela SEPLAG.

No Plano Plurianual 2012-2015 cada área temática terá como atributos:

- A Contextualização; e
- Resultados e Indicadores Estratégicos Setoriais.

Exemplo de área temática: Saúde, Educação, Segurança, Justiça e Cidadania, etc.

2.1.1. Contextualização da Área Temática Setorial

A contextualização da Área Temática Setorial compreende uma abordagem textual qualitativa do Setor, cuja elaboração é de responsabilidade de cada Secretaria Gestora. Isso significa dizer que as Secretarias que têm órgãos vinculados, deverão apresentar, de forma consolidada, no referido texto, informações que reflitam toda a dinâmica do Setor e suas diferentes atuações, enfocando como principais aspectos:

- uma interpretação completa e objetiva da temática do Setor (diagnóstico);
- as oportunidades e os desafios associados;
- os contornos regionais que a(s) política(s) pública(s) do Setor deverá assumir;
- as transformações que se deseja realizar³
- os desafios que devem ser considerados pelos Objetivos dos Programas Temáticos Setoriais.

Quando pertinente, o texto⁴ conterá gráficos e tabelas com a síntese das informações e mapas que permitam a análise temática. Se disponíveis, a contextualização deve também fazer referência a planejamentos setoriais. No anexo 1 do Manual pode se ver um exemplo de contextualização da área temática.

2.1.2. Resultados Setoriais

Os resultados Setoriais são declarações prioritárias de expectativas de cada Secretaria de Governo, em sua área de atuação, para o período do Plano. Declaram as transformações desejadas no horizonte de tempo do PPA. Contemplam as políticas setoriais finalísticas, e fundamentam-se nos resultados estratégicos de Governo. Foram redefinidos, para a gestão 2012/2015, a partir das análises de desempenho dos indicado-

3. Essas transformações devem guardar relação com os resultados setoriais elaborados.

4. O texto da Contextualização deve variar entre 2 e 5 páginas, considerando letra Arial 11, espaçamento entre linhas 1,5, margens superior e esquerda com 3 cm e margens inferior e direita com 2 cm.



res, das diretrizes gerais de Governo, e das propostas setoriais.

2.1.3. Indicador Setorial

O Indicador Setorial é um instrumento que permite identificar e aferir aspectos relacionados à área Temática Setorial. Apurado periodicamente, auxilia o monitoramento da evolução de uma determinada realidade, gerando subsídios para a avaliação.

Os Indicadores Setoriais de Governo, definidos para a atual gestão de Governo Estadual estarão ligados à Contextualização das Áreas Temáticas e servirão de base para a avaliação do Programa Temático ou de um Conjunto de Programas Temáticos Setoriais, dependendo de sua abrangência. O Indicador será composto dos seguintes atributos:

- Denominação: forma pela qual o Indicador será apresentado à sociedade;
- Fonte: órgão responsável pelo registro ou produção das informações necessárias para a apuração do Indicador e sua divulgação periódica;
- Unidade de Medida: padrão escolhido para mensuração da relação adotada como Indicador;
- Índice de Referência: situação mais recente da política e sua respectiva data de apuração. Consiste na aferição de um indicador em um dado momento, mensurado com a unidade de medida escolhida.

Exemplo:

Indicadores Denominação e Fonte	Unidade de Medida	REFERÊNCIA	
		Data	Índice
Taxa de mortalidade infantil (Sesa/Ce)	%	2009	15,6
População coberta pelo Programa Saúde da Família (%) (Sesa-Ce)	%	2009	70,9

É IMPORTANTE:

A elaboração da contextualização da área temática setorial será de responsabilidade da Secretaria que orienta e coordena a política do Setor. Não se trata, portanto, de cada órgão ou vinculada fazer a sua contextualização da área temática setorial. Evidentemente, a Secretaria irá se municiar das informações necessárias com suas vinculadas para elaborar o texto. No sistema SIOF/WEB esse campo de preenchimento, estará aberto apenas para as Secretarias. As vinculadas preencherão somente os valores, os objetivos, as metas e as iniciativas, e posteriormente os seus desdobramentos na Lei Orçamentária Anual (LOA).



2.2. PROGRAMAS TEMÁTICOS SETORIAIS

Para a construção de um Programa Temático Setorial faz-se necessário a compreensão da lógica de organização estabelecida para a atuação da Secretaria em relação à sua política e/ou linhas de atuação.

PROGRAMA TEMÁTICO SETORIAL

CONCEITO:

O Programa Temático Setorial articula um conjunto de Objetivos afins, permitindo uma agregação de iniciativas governamentais que se traduzem em entregas de bens e serviços para a população. São propósitos do Programa Temático Setorial: (i) incorporar os desafios governamentais em determinada política pública, (ii) aprimorar a coordenação das ações de governo, e (iii) justificar a atuação de governo por meio das ações consideradas determinantes para o desenvolvimento do Estado.

Exemplos:

Programa Temático – Atenção Básica à Saúde

Programa Temático – Agricultura Familiar

Programa Temático - Desenvolvimento Industrial

A seguir o esquema gráfico do posicionamento da Área Temática e do Programa Temático:



(Fig. 2)

2.2.1. Atributos do Programa Temático Setorial

O Programa Temático é constituído pelos seguintes atributos (Quadro 1):

Quadro 1 - Atributos do Programa Temático

I. CÓDIGO

II. TÍTULO

III. ÓRGÃO GESTOR DO PROGRAMA

IV. VALOR GLOBAL DO PROGRAMA

V. OBJETIVOS

Código

Enunciado

Órgão Executor

VI. META 2012-2015

Regionalização da Meta

VII. INICIATIVAS

I. CÓDIGO

Sistema de convenção adotado para organização e representação do programa. O mesmo código é utilizado no PPA e no Orçamento. O código será gerado automaticamente pelo SIOF/WEB.

II. TÍTULO

Expressa o tema de política pública executada por cada Secretaria, pela qual o governo, a sociedade, a academia e outros atores relevantes re-



conheçam como uma área de atuação pública. Corresponde às áreas de atuação definidas por cada Secretaria. Podem se chamar “eixos de atuação”, “linhas de atuação” etc. Por Exemplo: Atenção Básica à Saúde, Desenvolvimento Industrial, Agricultura Familiar.

Exemplos:

Programa Temático – Atenção Básica à Saúde

Programa Temático – Agricultura Familiar

Programa Temático - Planejamento e Informações Estaduais

III. ÓRGÃO GESTOR DO PROGRAMA

Expressa o responsável pela Coordenação e gestão do Programa. Sempre será a Secretaria de Governo porque se refere à área temática setorial.

IV. VALOR GLOBAL

Indica uma estimativa dos recursos necessários à consecução dos Objetivos relacionados ao Programa Temático Setorial no período do Plano. O PPA indicará o valor para o ano de 2012 e o consolidado para o período restante (2013 a 2015).

O Valor Global dos Programas Temáticos Setoriais será especificado por esferas orçamentárias (com as respectivas categorias econômicas) e não orçamentárias, que serão indicadas na captação quantitativa, conforme o Quadro 2.

Cada Secretaria e suas vinculadas farão o preenchimento desses valores no Sistema SIOF/Web.

Quadro 2 - Classificação do Valor Global do Programa Temático

ESFERAS ORÇAMENTÁRIAS⁵

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

CATEGORIAS ECONÔMICAS

DESPESAS CORRENTES

DESPESAS DE CAPITAL

5. Esferas Orçamentárias – Demandam Recursos Orçamentários de natureza fiscal e de Seguridade do Estado.

ORÇAMENTO DAS ESTATAIS
ESFERAS NÃO ORÇAMENTÁRIAS⁶

Exemplo:

Programa Temático: Infraestrutura e Logística de Transportes

Esferas	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013-2015 (mil R\$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade		
Despesas Correntes	10.000	40.000
Despesas de Capital	10.000	40.000
Investimento das Empresas Estatais	5.000	20.000
Esferas não orçamentárias	20.000	80.000
VALOR GLOBAL		175.000

V. OBJETIVO

CONCEITO:

Cada Programa Temático Setorial é composto por um ou mais Objetivos que devem expressar as escolhas do governo para a implementação de determinada política pública. O Objetivo não deve ser uma declaração descomprometida com as soluções.

O Objetivo apresenta as seguintes características:

- Orienta taticamente a definição e escolha das iniciativas, mas não se confunde com estas;
- Expressa um resultado transformador da situação atual em que se encontra um determinado tema;
- O Objetivo deve permitir a formulação de metas factíveis e realistas para o governo e a sociedade no período de vigência do Plano;

6. Esferas não Orçamentárias - Os programas não agregam apenas recursos de natureza fiscal do Estado, mas podem incorporar também recursos disponíveis do setor privado, do terceiro setor e de parcerias.



considerando a conjuntura econômica, política e social existente. Pretende-se, com isso, evitar declarações genéricas que não representem desafios, bem como a assunção de compromissos inatingíveis;

- Define Iniciativas que declaram aquilo que deve ser ofertado na forma de bens e serviços;
- Declara as informações necessárias para a eficácia da ação governamental, tais como: o que fazer, para que fazer, bem como pode indicar como fazer, e onde fazer.

ATRIBUTOS DOS OBJETIVOS

Código

Sistema de convenção adotado para organização e representação dos Objetivos no programa temático. O código será gerado automaticamente pelo SIOF/WEB..

Enunciado

O Enunciado do Objetivo deve comunicar à sociedade as escolhas de governo, orientando taticamente a ação governamental e refletindo as situações a serem alteradas pela concreta distribuição de bens e serviços e pelo desenvolvimento de novos valores de políticas públicas.

Exemplos:

Programa Temático: ATENÇÃO À SAÚDE NOS NÍVEIS SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO

OBJETIVO 001:

Ampliar e modernizar a rede de infraestrutura física de atendimento especializado em saúde com a finalidade de garantir ações e serviços de saúde resolutivos na média e alta complexidade nas macrorregiões.

OBJETIVO 002:



Implantar serviços ambulatoriais e hospitalares especializados de alta complexidade nas macrorregiões de Saúde do Estado.

Órgão Executor

O Órgão executor do objetivo do Programa pode ser a própria Secretaria, qualquer de suas vinculadas ou os Fundos.

Exemplo:

Programa Temático: ATENÇÃO À SAÚDE NOS NÍVEIS SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO

OBJETIVO 001:

Ampliar e modernizar a rede de atendimento especializado em saúde com a finalidade de garantir ações e serviços de saúde resolutivos na média e alta complexidade.

Órgão Executor: Sesa-Ce

VI. META 2012-2105

É uma medida do alcance do Objetivo de natureza quantitativa, isto é, expressa a quantidade total de um determinado bem ou serviço a ser disponibilizado para o alcance do resultado pretendido pelo Programa no período de implementação do Plano. Cada Objetivo deverá ter uma ou mais metas associadas. O descritor da meta admite, além de quantitativos em números absolutos, quantitativos em números relativos. Na regionalização dessas metas, porém, só se admite números absolutos.

Exemplo:

Programa Temático: ATENÇÃO À SAÚDE NOS NÍVEIS SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO

OBJETIVO 001:

Ampliar e modernizar a rede de atendimento especializado em saúde

com a finalidade de garantir ações e serviços de saúde resolutivos na média e alta complexidade nas macrorregiões de Saúde.

Meta Associada ao Objetivo 001

Meta 2012-2015 *	Aumentar em 70% o número de leitos hospitalares no Estado.
	Reduzir em X% o número de transferência de pacientes para a Capital do Estado (exemplo de meta qualitativa)
	Realizar 100 mil consultas especializadas/ano/macrorregião

Regionalização

Fornecer informações relacionadas à distribuição quantitativa⁷ das metas estipuladas para o Objetivo nas Regiões. A regionalização será expressa nas oito (8) macrorregiões do Estado, e, excepcionalmente, na região 22.

Exemplo:

Programa Temático: ATENÇÃO À SAÚDE NOS NÍVEIS SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO

OBJETIVO 001: Ampliar e modernizar a rede de atendimento especializado em saúde com a finalidade de garantir ações e serviços de saúde resolutivos na média e alta complexidade.

Meta Associada ao Objetivo 001

Meta 2012-2015	Aumentar em 70% o número de leitos hospitalares nas 8 macrorregiões do Estado.
	Reduzir em X% o número de transferência de pacientes para a Capital do Estado 1
	Realizar 100 mil consultas /ano/macrorregião

* A meta será desmembrada no sistema SIOF/WEB em meta para 2012 e Meta para 2013-2015.

Regionalização da Meta

MACRORREGIÃO	DESCRIÇÃO DA META	TOTAL DA META
--------------	-------------------	---------------

⁷ A distribuição quantitativa das metas na regionalização se fará pela representação de números absolutos, nunca relativos, ainda que na meta agregada se possa fazer uso destes.

Macrorregião 1	Aumentar leitos	700
	Realizar consultas/ano	100.000
Macrorregião 2	Aumentar leitos	500
	Realizar consultas	100.000
Macrorregião 3	Aumentar leitos	600
	Realizar consultas/ano	100.000
Macrorregião 4	Aumentar leitos	800
	Realizar consultas/ano	100.000
Macrorregião 5	Aumentar leitos	100.000
	Realizar consultas/ano	400
Macrorregião 6	Aumentar leitos	400
	Realizar consultas/ano	100.000
Macrorregião 7	Aumentar leitos	500
	Realizar consultas/ano	100.000
Macrorregião 8	Aumentar leitos	600
	Realizar consultas/ano	100.000

VII. INICIATIVA

CONCEITO:

A Iniciativa é um atributo do Programa Temático que define a atuação governamental e estabelece um elo entre o Plano e o Orçamento. As ações orçamentárias são criadas a partir das Iniciativas. Para cada Iniciativa podem corresponder uma ou mais ações orçamentárias. Da mesma forma, pode haver mais de uma Iniciativa por Objetivo.

A Iniciativa não se restringe a ações orçamentárias. É possível que o financiamento se dê por outras fontes não orçamentárias. Além das formas de financiamento, as Iniciativas consideram também como

as políticas organizam os agentes e instrumentos que a materializam (dimensão associada à gestão, relação federativa, relação público-privada, dentre outros).

ATENÇÃO!

A Iniciativa se associa a duas dimensões:

- fontes de financiamento
- Orçamentária
- Não orçamentárias
- formas de gestão e implementação

É IMPORTANTE destacar que as ações não serão mais visualizadas no PPA. Estarão no Orçamento. O elo entre PPA e Orçamento se dará por meio das Iniciativas do Plano.

Exemplo:

Programa Temático: ATENÇÃO À SAÚDE NOS NÍVEIS SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO

OBJETIVO 001: Ampliar e modernizar a rede de atendimento especializado em saúde com a finalidade de garantir ações e serviços de saúde resolutivos na média e alta complexidade.

Meta Associada ao Objetivo 001

Meta 2012-2015

Aumentar em 70% o número de leitos hospitalares nas 8 macrorregiões do Estado.

Reduzir em X% o número de transferência de pacientes para a Capital do Estado 2

Realizar 100 mil consultas /ano/macrorregião

Regionalização da Meta

MACRORREGIÃO	DESCRIÇÃO DA META	TOTAL DA META
Macrorregião 1	Aumentar leitos	700
	Realizar consultas/ano	100.000
Macrorregião 2	Aumentar leitos	500
	Realizar consultas	100.000
Macrorregião 3	Aumentar leitos	600
	Realizar consultas/ano	100.000
Macrorregião 4	Aumentar leitos	800
	Realizar consultas/ano	100.000
Macrorregião 5	Aumentar leitos	100.000
	Realizar consultas/ano	400
Macrorregião 6	Aumentar leitos	400
	Realizar consultas/ano	100.000
Macrorregião 7	Aumentar leitos	500
	Realizar consultas/ano	100.000
Macrorregião 8	Aumentar leitos	600
	Realizar consultas/ano	100.000

Iniciativas

- Ampliação e modernização das Unidades de Saúde próprias do Estado, integrantes do SUS
- Ampliação e Modernização do Hospital Waldemar de Alcântara
- Ampliação e Modernização dos Hospitais-polos
- Ampliação e Modernização dos Centros de Especialidades Odontológicas Regionais – CEO's Regionais
 - Ampliação e Modernização dos Centros de Atenção Psicossociais – CAPS
 - Ampliação e Modernização dos Laboratórios Regionais de Saúde Pública
 - Ampliação e Modernização das Policlínicas
 - Elaboração/Implantação de instrumentos de gestão microrregional



2.2.2. Programas Temáticos Setoriais decorrentes de Operações de Crédito.

Os Programas Temáticos Setoriais abrigarão também o conjunto das iniciativas decorrentes de operações de Crédito, aquelas cujas ações no Orçamento são financiadas por Agências Multilaterais de Crédito (tais como o BIRD, BID, etc).

As iniciativas no PPA retratam o conjunto de esforços do Governo para ofertar determinado bem e/ou serviço, podendo ter diferentes fontes de financiamento. A visualização dessas fontes de financiamento, tais como as operações de créditos, dar-se-á por meio das iniciativas que fazem o elo entre o PPA e as ações da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Desse modo, o monitoramento das operações de crédito por essas Agências Multilaterais de Crédito, far-se-á por meio das iniciativas (no PPA) e das ações orçamentárias (na LOA), que serão “marcadas” no Sistema SIOF/WEB, tanto no Código, quanto no descritor (os descritores das dessas iniciativas e ações identificarão os componentes que são financiados por essas Agências).

No entanto, é possível a criação de um Programa Temático Setorial, resultante de Operação de Crédito, desde que os atributos do Programa apresentem contornos bem definidos, e não haja, na grade programática da Secretaria responsável, nenhum outro Programa Temático Setorial concorrente com este em seus atributos (objetivos, metas, iniciativas). Ex. : Programa São José, PROARES, PRODETUR, etc.

2.2.3. Programas Temáticos MultiSetoriais

Os Programas Temáticos Multisetoriais são aqueles cujo Órgão Gestor é uma única Secretaria, porém o conjunto de seus objetivos, metas e iniciativas são executados por mais de um Órgão, estando suas ações, no Orçamento, separadas por Unidade Orçamentária. São exemplos de Programas Multisetoriais atualmente existentes no PPA 2008-2011.

- (076) - Programa de Atendimento à Pessoa Idosa
- (074) - Programa de Atenção à Pessoa com Deficiência.
- (777) - Programa de Valorização do Servidor

Esses programas terão um único Órgão Gestor (nos dois primeiros exemplos, o Gabinete do Governador, no terceiro, a SEPLAG), mas cada Secretaria/Órgão que possua ações nesses programas irão inserir as informações no PPA 2012-2015 no Sistema SIOF/WEB.

2.3. PROGRAMAS DE GESTÃO E MANUTENÇÃO

CONCEITO:

Os Programas de Gestão e Manutenção são instrumentos do Plano que classificam um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental. Resultam em bens ou serviços de ampliação/manutenção de atividades tipicamente administrativas.

Cada Órgão do Poder Executivo, bem como o Legislativo, Judiciário e Ministério Público terão um programa dessa natureza. Esses programas terão objetivos e iniciativas padronizados pela SEPLAG no Sistema SIOF/WEB. As iniciativas ligam-se diretamente ao Orçamento por meio das ações.

Os Programas de Gestão e Manutenção dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e Tribunais de Contas e Ministério Público:

- Contemplam ações cujas despesas são predominantemente de investimentos, tais como as construções, reformas e ampliações da própria Sede Administrativa do órgão ou Entidade⁸;
- Contemplam ações que se classificam como gastos correntes de Tecnologia da Informação (TI) ⁹ no Orçamento

8. Esse tipo de ação foi muito comum no Programa “666 - Modernização da Gestão”, utilizados por alguns órgãos do Estado. No próximo PPA esse programa não mais existirá devendo suas ações migrarem para o novo Programa do PPA 2012-2015: “Gestão e Manutenção”.

9. O Programa “888” de Tecnologia da Informação do atual PPA (2008-2011) não mais existirá no próximo PPA 2011-2015, devendo suas ações, cujas despesas sejam de caráter finalístico, no

- Contemplam despesas de natureza tipicamente administrativas.
- Não possuem metas.

Para efeito de cadastro no Plano, eles possuirão os atributos apresentados a seguir.

2.3.1. Atributos dos Programas de Gestão e Manutenção

Os programas classificados como “Programa de Gestão e Manutenção” terão os seguintes atributos:

CÓDIGO

Sistema de convenção adotado para organização e representação do programa. O mesmo código é utilizado no PPA e no Orçamento. O código será gerado automaticamente pelo SIOF/WEB. Os desmembramentos desses Programas se darão no Orçamento.

TÍTULO

Esses programas receberão uma titulação padronizada para cada Setor conforme exemplos a seguir.

Exemplos:

- Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria da Saúde
- Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria da Educação
- Programa de Gestão e Manutenção Secretaria das Cidades
- Programa de Gestão e Manutenção do Tribunal de Justiça
- Programa de Gestão e Manutenção da Assembléia Legislativa

orçamento, figurarão no próprio Programa Temático Setorial (Poder Executivo) ou no Programa de Serviços ao Estado (exclusivo dos outros poderes). As ações de TI, cujas despesas sejam de caráter continuado (correntes) e tipicamente administrativas, figurarão nos programas de Gestão e Manutenção.

Programa de Gestão e Manutenção do Tribunal de Contas

VALOR GLOBAL

Programa de Gestão e Manutenção da Saúde

Esferas	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013-2015 (mil R\$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade		
Despesas Correntes	xxx	xxx
Despesas de Capital	xxx	xxx
Investimento das Empresas Estatais	-	-
Esferas Não orçamentárias	xxxx	xxx
VALOR GLOBAL		XXXX

OBJETIVO

O objetivo do Programa de Gestão e Manutenção será único, definido e padronizado pela SEPLAG no sistema SIOF/WEB, o qual desencadeará um conjunto de iniciativas também padronizadas, conforme se segue.

Padronização do Objetivo do Programa de Gestão e Manutenção para todos os Órgãos do Estado:

Objetivo

Garantir a plena manutenção e gestão da Secretaria (ou outro Órgão/Entidade).

Exemplo de Iniciativas padronizadas do Programa de Gestão e Manutenção

Iniciativas

- o Ampliação e modernização da infraestrutura d(a)(o).....(Secretaria ou outro Órgão/entidade)
- o Manutenção e funcionamento d(a)(o)(Secretaria ou outro Órgão/entidade).
- o Manutenção e o custeio de bens e serviços de Tecnologia da Informação no âmbito d(a)(o)(Secretaria ou outro Órgão/entidade).

Relembrando:

- Os programas de Gestão e Manutenção
- Possuem Objetivos e Iniciativas padronizadas que se ligam ao Orçamento.
- Não possuem Metas.
- Cada órgão do Poder Executivo terá um programa de Gestão e Manutenção, bem como os Poderes Judiciário e Legislativo, e Ministério Público.

2.4. PROGRAMAS SERVIÇOS AO ESTADO

Os Programas de Serviços ao Estado serão de exclusividade dos Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público quando estes se enquadrarem como programas finalísticos (ofertas de bens e serviços à sociedade ou ao Estado ou ações finalísticas de TI). Esses programas possuem, além do código, título, valor global e órgão gestor, objetivos e Iniciativas, as quais se ligam ao Orçamento por meio das ações.

Os Programas de Serviços ao Estado:

São privativos dos Poderes Legislativo (Assembléia Legislativa, Tribunais de Contas do Estado e Municípios), Judiciário e Ministério Público.

- São considerados finalísticos, e têm como atributos: o código (gerado pelo SIOF/WEB), o título (descrição), valor global, órgão gestor, objetivos e iniciativas que se ligam imediatamente à LOA. Não possuem metas.

Ex: Programa de Ação Judiciária.

- Contemplam iniciativas e ações (no orçamento) finalísticas, inclusive de Tecnologia da Informação (TI).

2.3.2. Atributos dos Programas de Serviços ao Estado

CÓDIGO

Sistema de convenção adotado para organização e representação do programa. O mesmo código é utilizado no PPA e no Orçamento. O código será gerado automaticamente pelo SIOF/WEB.

TÍTULO

O título do Programa será definido em razão das atividades finalísticas dos Poderes Legislativo e Judiciário e Ministério Público. São classificados como de Serviços ao Estado, por estarem relacionados às atividades típicas desses Órgãos. Os desmembramentos desses Programas se darão no Orçamento.

Exemplos:

Ação Judiciária (Poder Judiciário)

Ação Legislativa e Controle Externo (Poder Legislativo)

Defesa dos Direitos Difusos (Ministério Público)

Os demais atributos do Programa de Serviços ao Estado: VALOR GLOBAL, ÓRGÃO GESTOR, OBJETIVOS, e INICIATIVAS seguem o mesmo raciocínio do Programa Temático Setorial.

Esferas	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013-2015 (mil R\$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade		xxxx
Despesas Correntes	xxxx	---
Despesas de Capital	xxxx	xxxx
Investimento das Empresas Estatais	xxxx	xxxx
Esferas não Orçamentárias	xxxxx	xxxx
VALOR GLOBAL		XXXXX

VALOR GLOBAL

Ação Judiciária (Tribunal de Justiça)

Importante:

Assim como o Programa Temático, o Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado somente será incluído, excluído e modificado por lei de alteração do PPA.



PARTICIPAÇÃO

REGIONAL

DO PPA 2012–2015

3. PARTICIPAÇÃO REGIONAL

Um dos fatores críticos de sucesso na construção do Plano Plurianual é sem dúvida a participação social regional. Essa participação se dará em todas as etapas do plano: elaboração, execução, monitoramento e avaliação.

Há um consenso sobre a importância da participação social nas decisões e atividades desenvolvidas pelo Governo, pois se constitui em relevante instrumento de interação, porquanto possibilita o aperfeiçoamento das políticas públicas e contribui para a prática da responsabilidade compartilhada.

O objetivo primordial é discutir as prioridades e a consistência estratégica dos investimentos e a seletividade das ações a serem implementadas, considerando as realidades regionais.

O atual PPA 2008-2011 já traz em si a marca da experiência da participação. Toda a sua programação esteve aberta para acolher as manifestações advindas das populações nas regiões, que além da elaboração, acompanhou, ano a ano, a sua execução.

A participação popular na elaboração e monitoramento do Plano é uma evidência prática da atuação do governo nas regiões. Em todos os Encontros Regionais a programação proporciona uma participação ativa de diversos atores sociais e representações dos segmentos da sociedade civil.

A programação realizada, a partir de 01 de junho de 2011, permitirá ao Governo, através de seus agentes, se deslocar para as regiões, a fim de promover um amplo chamamento, sensibilizando os atores sociais e convidando-os a participar efetivamente do processo de construção do Plano Plurianual 2012-2015.

Serão realizados 18 Encontros, contemplando as 20 microrregiões de Planejamento do Estado, cujo propósito é colher os interesses regionais, traduzidos em Compromissos Regionais que serão acompanhados e monitorados pela população participante.



3.1. Visão Geral do Processo Participativo

Os Encontros nas microrregiões compreendem momentos de priorização e pactuação de propostas, e têm como objetivo envolver os atores sociais na elaboração do PPA para o desenvolvimento de ações e estratégias sintonizadas e mais próximas das necessidades e realidades regionais.

Todos os Encontros Regionais acontecerão sob a liderança da SEPLAG, com apoio da Vice-Governadoria do Estado, e contarão, além do público participante, com a presença de técnicos e assessores das Secretarias, a fim de subsidiar e munir os participantes das informações relevantes da atuação do Governo nas regiões.

A dinâmica metodológica do processo e o calendário de viagens para as regiões serão tratados em Manual à parte a fim de orientar sobre os resultados esperados ao final de cada Oficina Regional.

Em termos gerais, cumpre esclarecer, que os programas temáticos setoriais incorporarão os desafios regionais propostos por meio dos compromissos regionais e do ranking das 10+.

O Compromisso Regional tem como característica:

- Revelam temas relevantes de interesse do território/macrorregião, de caráter econômico/social, como demandas historicamente reprimidas, oportunidades potenciais, ou ainda situações negativas que se deseja reverter para o desenvolvimento da Região.
- Sua realização provoca mudanças significativas no cenário regional.
- Pode ser de natureza setorial ou intersetorial.

O compromisso regional terá rebatimento nos programas temáticos setoriais em quaisquer de seus atributos, ou seja, poderá vir expresso ou estar contemplado nos objetivos, nas metas ou nas iniciativas, para os 4 anos do PPA. Existindo rebatimento em qualquer deles, far-se-á a ligação com a Lei Orçamentária Anual, por meio das ações, para fins de acompanhamento e monitoramento.



Resumindo:

Compromissos Regionais:

- Evidenciam uma problemática ou potencialidade relevante para a Região.
- Incorporados ao Plano por meio dos Objetivos, metas e Iniciativas/Ações da LOA.
- Serão formulados nas Regiões e consolidados pela SEPLAG/Célula de Planejamento Regional e repassados às Setoriais.
- Podem ser setoriais ou intersetoriais (Cada Secretaria pode ter um objetivo, meta e iniciativas diferenciadas)
- Serão marcados nas iniciativas (PPA) e nas ações (LOA) no Sistema SIOF/WEB para fins de monitoramento.

As demandas regionais, classificadas no ranking das 10+, compreendem as escolhas formuladas em nível de iniciativa/ação orçamentária, pelos participantes dos Encontros Regionais, tendo como subsídio os seguintes documentos:

- Diretrizes para o Plano de Governo – DPG”: Documento elaborado de forma participativa, durante o processo eleitoral de 2010, contando com a contribuição de aproximadamente 10 mil pessoas das diversas regiões do Estado do Ceará.
- “Carta dos Municípios Cearenses”: documento resultante da “I Marcha Municipalista do Ceará – Debatendo os Desafios da Gestão Pública Inovadora”. Elaborada a partir de 10 encontros regionais promovidos pela Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará – APRECE em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, objetivando nortear a atuação dos municípios do Estado do Ceará na busca por melhoria do pacto federativo e no seu desenvolvimento.
- “Plano Territorial de Desenvolvimento Rural e Sustentável – PTDRS”: Elaborado de forma participativa e regionalizada sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA, objetivando a



gestão social e sustentável dos diversos territórios estaduais.

- “Relatório do IV Fórum Estadual do PPA Participativo e Regionalizado/2010”: resultado de uma parceria firmada entre a Vice-Governadoria e a SEPLAG, o IV Fórum Estadual do PPA Participativo e Regionalizado foi realizado em novembro de 2010 e significou a culminância do processo desenvolvido nos quatro anos da gestão através do fortalecimento do controle social e da transparência na gestão pública.

O ranking das 10 + será elaborado a partir das escolhas dos participantes de cada Grupo de Trabalho (total de 9 grupos, compostos de mais de um setor, em alguns casos) os quais se estruturam da forma seguinte:

1. SAÚDE;
2. CULTURA E ESPORTE;
3. DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO;
4. EDUCAÇÃO BÁSICA E EDUCAÇÃO SUPERIOR, PROFISSIONAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA;
5. SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA E DEFENSORIA;
6. DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E PESCA;
7. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO;
8. DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE;
9. INFRAESTRUTURA E RECURSOS HÍDRICOS

As prioridades eleitas nas regiões somente migrarão para o Plano Plurianual, e, conseqüentemente, para o Orçamento, após uma análise das Setoriais envolvidas, a fim de conhecer a viabilidade técnico-orçamentária dessas demandas.



Caberá à Setorial, por meio do Sistema SIOF/WEB identificar os compromissos regionais e as demandas do Ranking das 10 + no PPA.

Resumindo:

- Ranking das 10+
- Será elaborado a partir das escolhas dos participantes de cada Grupo de Trabalho nas oficinas do PPA participativo.
- Estão condicionadas à análise das Setoriais envolvidas, a fim de conhecer a viabilidade técnico-orçamentária dessas demandas.



ANEXO 1

EXEMPLO DE PROGRAMA TEMÁTICO

SETORIAL¹⁰

¹⁰ Os exemplos de Programas e seus atributos aqui referidos são uma tentativa de aproximação com a Política Setorial. É possível que esta não esteja fielmente retratada, nos exemplos demonstrados. Entretanto, interessa mostrar o modelo para facilitar as aplicações dos Programas.

ÁREA TEMÁTICA: AGRICULTURA FAMILIAR

CONTEXTUALIZAÇÃO:

Tem sido preocupação de diversos estudiosos da questão agrária brasileira entender o mundo rural a partir da ótica da agricultura familiar, procurando demonstrar a sua importância social e avaliar a sua força econômica. Nos anos 90, estes estudos foram se direcionando para uma configuração bipolar da agricultura brasileira, expressa em dois modelos organizativos: o modelo familiar e o modelo patronal, com características diferenciadas conforme quadro a seguir.

MODELO FAMILIAR	MODELO PATRONAL
Trabalho e gestão intimamente relacionados	Completa separação entre gestão e trabalho
Direção do processo produtivo assegurada pelos proprietários	Organização centralizada
Ênfase na diversificação	Ênfase na especialização
Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida	Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis
Trabalho assalariado como complementação	Predominância do trabalho assalariado

A partir desta visão, a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) elaborou um estudo para dimensionar o tamanho da agricultura familiar no PIB brasileiro no ano de 2003. Analisando o conjunto das cadeias produtivas da agricultura familiar, envolvendo insumos para a agricultura e pecuária, a própria atividade agropecuária, indústrias de base agrícola e a distribuição final, chegou-se a conclusão que a agricultura familiar foi em 2003, responsável por 10% do PIB nacional. Portanto, a agricultura familiar, vista no seu conjunto, está entre as maiores economias do país. Além disso, o estudo concluiu que entre os anos 2002 e 2003, a agricultura familiar cresceu 9,4%, a agricultura patronal 5,1% e o PIB total do país 0,5%, demonstrando também um forte dinamismo em termos de crescimento econômico.

A importância da agricultura familiar também está relacionada com a



nova visão do rural que considera este espaço para além das tradicionais funções produtivas, abrangendo também as funções de preservação do meio ambiente, da cultura, de espaço de moradia, de lazer, de localização de unidades fabris ou de serviços gerando empregos agrícolas e não-agrícolas. Esta visão multifuncional do espaço rural leva em consideração as variáveis socioeconômicas, institucionais e ambientais, numa visão sistêmica do território como um todo, reservando para a agricultura familiar as seguintes funções:

- Econômica: função de produzir bens e serviços;
- Ecológica: função de gestão do meio ambiente;
- Social: função de ator do mundo rural.

A demonstração da importância social e da força econômica da agricultura familiar não pode, entretanto, encobrir os problemas, dificuldades e entraves vivenciados por este segmento da sociedade, pautado pelos princípios da solidariedade e da justiça social.

Particularmente para o Ceará, relaciona-se a seguir os desafios associados a serem superados para o alcance dos objetivos e metas com vistas o fortalecimento da agricultura familiar, destacando-se entre outros:

- Deficiência e insuficiência da Assistência Técnica (ATER).
- Dificuldade de acesso ao crédito para apoiar as atividades agropecuárias.
- Problemas de acesso à terra e dificuldades da regularização fundiária.
- Dificuldade de comercialização dos produtos agrícolas e não agrícolas da agricultura familiar.
- Deficiências nas políticas direcionadas ao fortalecimento da agropecuária e agricultura familiar.
- Infraestrutura de transformação agroindustrial deficiente e cadeias produtivas desarticuladas.
- Baixo nível de aproveitamento dos mananciais hídricos para atividades produtivas.

- 
- Educação descontextualizada e desconhecimento das leis ambientais, uso inadequado de agrotóxicos, devastação ambiental e burocracia institucional.
 - Falta de uma política de convivência com o semiárido e transição agroecológica.
 - Infraestrutura básica precária e insuficiente.
 - Desarticulação entre as organizações sociais e governamentais, provocando paralelismo de ações concentração de poder e desperdício de recursos.

A participação do PIB do agronegócio do Ceará é significativamente maior que a do âmbito nacional, mas esse percentual tem se tornado cada vez menor. Dois fatores explicam, o baixo crescimento ao longo dos anos das lavouras e da pecuária e o aumento da importância de outros setores da economia.

Dirigindo a análise para o enfoque da produção relacionada com a agricultura familiar versus a não-familiar ou patronal (denominação a ser usada nos textos a seguir), observa-se que ambos tiveram suas participações reduzidas entre 2002 a 2007, com os percentuais declinando progressivamente, conforme o Gráfico 1.1.

Gráfico 1.1 . Participação do agronegócio familiar e patronal na economia do Ceará

O complexo formado pela agricultura familiar, que inclui a produção das lavouras e criações administradas pela gerência familiar e dos setores que se relacionam com essas atividades rurais, representa cerca de 12% da economia do Ceará, tendo chegado ao percentual de 15% em 2003.

Nesse período, a diferença entre a participação das produções familiar e patronal caiu de 10% em 2002 para 8% em 2007, demonstrando a redução mais acentuada da importância das culturas patronais. Isso demonstra a expressiva contribuição que o complexo da agricultura familiar tem para a economia do Estado, sendo que ela manteve-se de forma um pouco mais estável que a participação agro-negócio patronal.



A composição do Gráfico 1.2 explicita a magnitude que os sistemas de produção das culturas e das criações animais têm na formação do agronegócio familiar e patronal. Pelo gráfico observa-se que as lavouras são mais importantes tanto para os sistemas familiares como patronais. Entretanto o Complexo Pecuário tem uma representatividade bem menor para o agronegócio familiar. Pela história de colonização do Ceará, a pecuária extensiva de gado foi por muitos anos a principal atividade econômica. Quando as áreas canavieiras invadiram a região litorânea da Bahia e Pernambuco, a atividade pecuária dirigiu-se para Ceará, tendo sido, por muitos anos, o principal fornecedor de couro para o Nordeste.

Nesse contexto a colonização do Estado se deu pela formação de grandes propriedades de gado que caracterizaram o cenário dos latifundiários. Muitas existem até hoje, sendo vinculadas neste estudo como propriedades patronais conforme a metodologia adotada. Por isso, a importância maior da pecuária de gado está refletida no agronegócio patronal, sendo que o complexo pecuário da agricultura familiar no Ceará refere-se mais às criações de suínos, gado para leite e caprinos.

Gráfico 1.2 Participação dos complexos agrícola e pecuário no agronegócio familiar e patronal do Ceará

Fonte: Dados de pesquisa Instituto Agropolos/FIPE.

Uma visão atualizada da estrutura fundiária do Ceará, buscando evidenciar o efeito democratizante da política de criação de assentamentos rurais, iniciada na década de 80, configura-se o que poderia ser denominado de “desapropriação por interesse social”.

ESTRUTURA FUNDIÁRIA 31/12/2007

DADOS ORIGINAIS					DADOS CORRIGIDOS				
CATEGORIA	Nº IMÓVEIS	%	AREA REGISTRADA	%	CATEGORIA	Nº	%	ÁREA	%
						IMÓVEIS		REGISTRADA	
MINIFUNDIO	93.837	71,63	1.651.696	20,10	MINIFUNDIO	93.837	71,63	1.651.696	20,10
PEQUENA PROPRIEDADE	30.017	22,91	2.932.604	35,70	PEQUENA PROPRIEDADE	30.017	22,91	2.932.604	35,70
MÉDIA PROPRIEDADE	6.062	4,63	2.110.575	25,69	MÉDIA PROPRIEDADE	5.603	4,28	1.856.228	22,59
GRANDE PROPRIEDADE	1.084	0,83	2.110.575	18,51	GRANDE PROPRIEDADE	730	0,56	714.910	8,70
ASSENTAMENTOS FEDERAIS	-	0,00	-	0,0	ASSENTAMENTOS FEDERAIS	354	0,27	805.874	9,81
ASSENTAMENTOS ESTADUAIS	-	0,00	-	0,0	ASSENTAMENTOS ESTADUAIS	459	0,35	254.347	3,10
TOTAL GERAL	131.000	100,00	8.215.659	100,00	TOTAL GERAL	131.000	100,00	8.215.659	100,00

Fonte INCRA ** Fonte INCRA e CODEA/SDA - Cálculo SDA

A estrutura fundiária recalculada revela que o Ceará já conta com 813 assentamentos, perfazendo somente 0,62% do total de imóveis cadastrados. Entretanto o conjunto dos assentamentos ocupam uma área de 1.060.221 ha, representando 12,91 % da área total registrada no Incra. Por outro lado, observa-se a existência de 93.837 minifúndios, perfazendo 71,63 % do total de imóveis existentes. Estes ocupam uma área de 1.651,696 ha, representando, entretanto, somente 20,10% das áreas registrada.

Estes dados revelam que a constituição dos assentamentos de reforma agrária já impactou em algum grau a estrutura fundiária do Estado, com a redução da área ocupada pelas grandes propriedades em alguns municípios onde esta política foi mais efetiva. Entretanto, a criação dos assentamentos federais e estaduais ainda não foi suficiente para resolver o problema da concentração da terra, atendendo a demanda da grande população rural ocupante dos inúmeros minifúndios existentes, dificultando a implementação de políticas em prol do fortalecimento da agricultura familiar.

Assim, existe um instrumento legal para o enfrentamento da estrutura fundiária bipolarizada entre minifúndio e grande propriedade que ainda vigora no Ceará. As ações de regularização fundiária, já



em curso e de reordenamento agrário, ainda restrita ao reassentamento de atingidos por obras públicas, são instrumentos à disposição do Governo Estadual para uma ação fundiária mais ampla e ousada.

Esta realidade descrita acima permeou toda a elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e o acesso à terra apresentou-se como um grave problema, tanto para famílias totalmente destituídas de terra, como para aquelas que possuem terra, mas com área insuficiente ou com acesso precário.

A estrutura fundiária mostra também o potencial da agricultura familiar e dos assentamentos rurais e, portanto, cabendo ainda assinalar que uma estrutura fundiária baseada na agricultura familiar é uma das maiores potenciais que um município ou uma região pode dispor.

Para transformar essa realidade em favor do desenvolvimento da agricultura familiar no Estado do Ceará, impõe-se a implementação de ações prioritárias incluindo-se: o apoio à produção, beneficiamento dos produtos oriundos das cadeias produtivas compatíveis com o semiárido, fomentando a justa comercialização dos produtos da agricultura familiar; democratização do acesso à terra, promoção do desenvolvimento agrário; direitos à inclusão social e apoio à gestão para a inclusão social.

Dessa maneira, o que se pretende é, por meio de uma série de iniciativas estruturais e não-estruturais, incentivar o fortalecimento da agricultura familiar em bases ambientalmente sustentáveis, contribuindo para o aumento da oferta de alimentos, para a geração de emprego renda notadamente do público-alvo dessa área impactando na redução dos desequilíbrios regionais.

INDICADORES SETORIAIS:

Indicadores Denominação e Fonte	Unidade de Medida	REFERÊNCIA	
		Data	Índice
Percentual de famílias beneficiadas com o título de propriedade	%	2010	
Percentual de famílias assentadas	%	2010	
Percentual de famílias beneficiadas com cisternas	Und	2010	
Percentual de famílias beneficiadas com projeto d'água	Und	2010	

Programa de Agricultura Familiar

Órgão Gestor do Programa

Secretaria de Desenvolvimento Agrário

Esferas	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013-2015 (mil R\$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade	xxxx	xxxx
Despesas Correntes	xxxx	xxxx
Despesas de Capital		
Investimento das Empresas Estatais		xxxx
Esferas não Orçamentárias	xxxxx	xxxx
VALOR GLOBAL	xxxxx	

OBJETIVO 0001

Apoiar a produção e beneficiamento dos produtos oriundos das cadeias produtivas compatíveis com o semiárido.

Órgão Responsável : SDA

Meta 2012-2015

Regionalização da Meta

MACRORREGIÃO	DESCRIÇÃO DA META	TOTAL DA META
Macrorregião 1	Apoiar agricultores familiares em técnicas de produção e manejo de produtos oriundos do semi-árido.	10.000
Macrorregião 2	Apoiar agricultores familiares em técnicas de produção e manejo de produtos oriundos do semi-árido.	10.000
Macrorregião 3	Apoiar agricultores familiares em técnicas de produção e manejo de produtos oriundos do semi-árido.	10.000
Macrorregião 4	Apoiar agricultores familiares em técnicas de produção e manejo de produtos oriundos do semi-árido.	10.000
Macrorregião 5	Apoiar agricultores familiares em técnicas de produção e manejo de produtos oriundos do semi-árido.	10.000
Macrorregião 6	Apoiar agricultores familiares em técnicas de produção e manejo de produtos oriundos do semi-árido.	10.000
Macrorregião 7	Apoiar agricultores familiares em técnicas de produção e manejo de produtos oriundos do semi-árido.	10.000
Macrorregião 8	Apoiar agricultores familiares em técnicas de produção e manejo de produtos oriundos do semi-árido.	10.000

Iniciativas

- Capacitação de Agricultores Familiares nas áreas de potencial expansão da Agricultura Familiar para elaboração de Projetos de Financiamento.
- Viabilização o Acesso ao Seguro Safra.
- Regularização fundiária de áreas de produção da agricultura familiar.

ÁREA TEMÁTICA: SAÚDE

CONTEXTUALIZAÇÃO:

O perfil de saúde no Ceará assemelha-se ao do país, no que se refere ao decréscimo significativo das doenças infecciosas, notadamente das inumopreveníveis, e ao aumento crescente das doenças crônicas e degenerativas, reflexo do envelhecimento da população e as relacionadas à violência.

Atribui-se o aumento da expectativa de vida à redução da mortalidade infantil, à melhoria da qualidade de vida da população e ao maior acesso a bens e serviços públicos.

Na área da saúde, a institucionalização do SUS – Sistema Único de Saúde, como uma política de Estado, apresenta avanços históricos com a descentralização e a municipalização de ações e serviços, a melhoria e a ampliação da atenção à saúde da população e da vigilância em saúde, bem como maior controle social com a atuação dos Conselhos de Saúde. Destaca-se a ênfase no campo da atenção básica, mediada pela estratégia de saúde da família e tendo como paradigma operacional o curso da vida e o respeito às particularidades relativas ao gênero.

Nesse contexto de avanços institucionais no âmbito da saúde, o Estado tem outros desafios, como a elevada incidência de doenças emergentes e reemergentes, cujos determinantes são, predominan-



temente, socioeconômicos e ambientais, destacando-se, entre essas doenças: tuberculose, aids e dengue, como também doenças como as leishmanioses e hepatites virais. Em 2009, enfrentou-se a influenza A H1N1 como emergência em saúde pública de importância internacional.

Como causas de mortalidade, de elevada gravidade, com impactos econômicos e sociais, se destacam as mortes violentas, o acidente vascular cerebral, a elevada mortalidade materna por causas evitáveis e a ocorrência de cânceres em pessoas jovens. Esses são alguns dos aspectos relevantes e desafiadores para as políticas públicas de saúde no Estado do Ceará.

A estrutura etária da população cearense vem se modificando ao longo das décadas. Comparando-se a estrutura etária da população nos anos censitários de 1991 e 2000, observa-se que no ano 2000 a base da pirâmide se estreita, reflexo da redução das taxas de natalidade e da mortalidade infantil. O alargamento no topo da pirâmide, por sua vez, foi decorrente do aumento da expectativa de vida, principalmente nas mulheres, cujo quantitativo superou o dos homens em termos populacionais.

A razão de dependência, que relaciona a população economicamente dependente de 0 a 14 anos e de 60 anos e mais, com o segmento potencialmente produtivo (15 a 59 anos de idade) vem decrescendo, passando de 73,6% em 2000 para 61,1% em 2009, como reflexo principalmente da redução da natalidade. Paralelamente, espera-se, com o envelhecimento da população, o aumento da dependência dos idosos. No ano de 2008, a razão de dependência no Ceará foi menor do que a dos estados do Maranhão e Alagoas, igual a do estado do Piauí e superou a razão de dependência nos demais estados do Nordeste.

O número de homens para cada grupo de 100 mulheres é influenciado por migrações e pela mortalidade. No Ceará, a razão entre os sexos se manteve em torno de 95%, ou seja, 95 homens para cada 100 mulheres, tanto em 2000 como em 2009, tendo provavelmente



mais forte influência da sobre mortalidade masculina que da migração no período.

O grau de urbanização, proporção da população residente em áreas urbanas, é crescente, com taxas de 53,14% (1980), 69,48% (1991), 71,53% (2000) e 75,06% (2006) no Ceará.

Em relação à taxa de fecundidade no Ceará, – número médio de filhos que uma mulher teria ao longo de seu período reprodutivo – observou-se uma diminuição de 3,72 no ano de 1991 para 2,84 filhos no ano 2000, acompanhando a tendência brasileira de decréscimo, 2,88 em 1991 passando para 2,33 em 2000.

No âmbito municipal, tinha-se em 1991 um total de 125 municípios com taxa de fecundidade superior a 4,05 filhos por mulher passando para 29 municípios em 2000. Taxas inferiores a 2,1 são sugestivas de fecundidade insuficiente para assegurar a reposição populacional³. Com a queda da fecundidade observada, a natalidade decresce ano a ano (de 19,3 nascimentos por 1.000 habitantes em 2000 para 15,3 em 2009). A taxa de mortalidade geral foi de 4,5 em 2000 e de 5,2 em 2009. Considera-se que esse aumento tenha influência da melhoria da captação das informações de óbitos no período.

Quanto à esperança de vida ao nascer, observa-se, no geral, uma tendência crescente, com destaque para as mulheres, como consequência da sobre mortalidade masculina nos jovens. Em 2000, a esperança de vida foi de 67,81 anos para a população geral e de 63,47 e 72,38 para o sexo masculino e feminino, respectivamente. Em 2008, a esperança de vida foi de 71 para a população geral e de 66 e 75 para o sexo masculino e feminino, na mesma ordem¹. Portanto, a mulher vive, em média, nove anos mais que os homens.

No Ceará, a taxa de analfabetismo em maiores de 15 anos, diminuiu de 33,20% durante o período 1991/2000, saindo de 37,38% em 1991 para 24,97% no ano 2000. Em 2008, a taxa passou para 19% no Ceará, enquanto que a média nacional, nesse mesmo ano, foi de 10% (RIPSA, 2009). A renda média dos chefes de domicílios no ano 2000 para o Ceará, segundo dados do IBGE, foi de R\$ 448,01, embora em 70



municípios a renda média dos chefes de domicílios tenha sido inferior a R\$ 213,672.

proporção de pobres – proporção de indivíduos com renda domiciliar per capita inferior a 1/2 do salário mínimo – diminuiu no Estado durante o período de 1991 a 2000. No ano de 1991 tinha-se 68,2% de pobres, passando-se para 57% no ano 2000, revelando assim um decréscimo de 16,42%. Em 2008, a proporção de pobres no Ceará correspondeu a 51% e a média do Brasil a 31%¹. No Ceará, o Sistema de Informação sobre Mortalidade vem captando cerca 40 mil óbitos, por ano, desde 2003, com destaque para as causas por Doenças do aparelho circulatório, Neoplasias e Causas externas, que persistem com comportamento crescente

A tendência de aumento da esperança de vida ao nascer, média de 70 anos, aponta para o envelhecimento da população e o aumento progressivo das doenças crônicas e degenerativas, padrão observado em quase todo o mundo.

É importante referir que, embora as Doenças Infecciosas e Parasitárias – DIP e as Doenças do aparelho respiratório não estejam entre as três principais causas de óbito, essas causas foram responsáveis por 49.054 (13,9%) e 60.667 (17,2%) internações em 2009 no Ceará, situando-se como as duas primeiras causas de internações, na mesma ordem, excluindo-se as causas obstétricas.

Destaca-se a redução dos óbitos com causas mal definidas para menos de 10% a partir de 2006, com a implantação em 2007, do Projeto de Redução das Causas Mal Definidas, Ministério da Saúde e parceria com a SESA e apoio das Secretarias Municipais de Saúde, para a investigação de óbitos com causas mal definidas retroativa a 2006. Salienta-se que, no início da década de 1990, a proporção de óbitos com causas mal definidas chegava a 40%.

Na distribuição das principais causas de morte em 2009, o sexo masculino superou o feminino, por ordem de maior frequência, em: Doenças do aparelho circulatório, Causas externas, Neoplasias, Doenças do aparelho digestivo, Doenças Infecciosas e Parasitárias – DIP, algumas afecções originadas no período perinatal, transtornos mentais



e comportamentais e Doenças do aparelho geniturinário.

No sexo feminino apenas as doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas superaram as mortes por essa causa no sexo masculino. Foram equivalentes as mortes nos dois sexos por doenças do sangue, órgãos hematopoiéticos, transtornos imunitários, doenças do sistema nervoso, doenças do aparelho respiratório, malformações congênitas, deformidades, anomalias cromossômicas (XVII), entre as mais frequentes. Salienta-se que em 2009, a população feminina foi estimada em 51,2% e a masculina 48,8%.

Merece especial atenção o fato de que o Brasil, podendo-se incluir o Ceará nesse contexto, está passando por uma transição epidemiológica importante, com mudança do perfil de morbimortalidade da população. Atualmente, a principal causa de morte são as doenças cardiovasculares, seguidas pelo câncer, em decorrência da alteração no padrão alimentar brasileiro e da aquisição de hábitos de vida prejudicial a saúde (fumo e álcool).

As doenças infecto-contagiosas, no entanto, ainda têm peso relativamente importante na mortalidade proporcional por grupo de causas. Além disso, homicídios, acidentes de trânsito e acidentes de trabalho respondem por uma carga adicional sobre o sistema de saúde do Ceará.

Há que se ressaltar as grandes conquistas alcançadas fruto das ações governamentais implementadas, nos últimos quatro anos, incluindo-se a implantação de hospitais regionais, policlínicas e centros de especialidades odontológicas geridos por consórcios públicos em saúde, além dos investimentos nos 33 hospitais polo de referência secundária nos sistemas microrregionais de saúde impulsionaram o atendimento com resolutividade na média e alta complexidade e garantiram as ações e serviços de saúde, resolutivos neste nível.

Ainda como conquista vale salientar o fortalecimento da Atenção Primária à Saúde, com a estabilização dos índices de aleitamento materno que em 2008 era de 71,45% e em 2009 está em 71,14% das crianças acompanhadas pelos ACS e a redução da Mortalidade Infantil que 2008 estava 15,8/1000NV passando em 2009 para 15,6/1000NV, deste percentual quase 69,9% encontram-se no período neonatal.



Além disso, houve avanços no Sistema Integral de Assistência Farmacêutica, no Fortalecimento da Atenção nos Níveis Secundário e Terciário, nos serviços direcionados à vigilância em Saúde, na formação e educação permanente para o SUS.

Mesmo tendo atingido a maioria, o SUS continua em plena construção para vencer os desafios. Um deles está na questão do financiamento e da gestão, como conseguir alocar recursos e profissionais de saúde nas áreas de necessidade do sistema. A falta de médicos tem sido um problema no sistema. Faltam médicos no PSF, geriatras, pediatras, anestesistas. O SUS tem de estar preparado para atender a população de idosos. Isso porque a urbanização e o aumento da expectativa de vida trazem impacto grande para o sistema de saúde. O Ministério da Saúde (MS) elencou 15 estratégias como prioridades para vencer os desafios. Entre elas estão o de garantir acesso com qualidade, melhorando a atenção primária e a especializada, tornar as gestões mais dinâmicas, reduzir riscos e agravos, viabilizar a atenção à saúde do idoso, aumentar os recursos humanos na área da saúde e outros.

Para que haja uma melhoria na área da saúde, há que se assegure o atendimento de ações e serviços de saúde universal, integral e humanizado a todos os cearenses; impõe-se o fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão do Sistema Estadual de Saúde de forma cooperativa e solidária observando o princípio de eficiência e equidade com participação da sociedade; é fundamental que se amplie e se fortaleça a gestão do trabalho e a política estadual de educação permanente em saúde; torna-se imperioso fortalecer a regulação, avaliação, auditoria e controle social do SUS; promover articulação intersetorial e interinstitucional entre órgãos governamentais e não governamentais para potencializar as ações e serviços de saúde; aperfeiçoar a gestão descentralizada e a regionalização do SUS observando o princípio federativo; Fortalecer a Vigilância em Saúde com ênfase na promoção e proteção à saúde individual e coletiva e fortalecer o Sistema Estadual de Assistência Farmacêutica.

INDICADORES SETORIAIS¹¹:

Indicadores Denominação e Fonte	Unidade de Medida	REFERÊNCIA	
		Data	Índice
Índice de aleitamento materno	%	2010	
Índice de cobertura do pré-natal	%	2010	
Taxa de Mortalidade Infantil	%	2010	

Programa de Atenção Básica à Saúde

Órgão Gestor do Programa Secretaria da Saúde do Estado

Valor Global

11 Os exemplos dos indicadores são meramente ilustrativos.

Esferas	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013-2015 (mil R\$)
Orçamento Fiscal e da Seguridade		
Despesas Correntes	xxxx	xxxx
Despesas de Capital	xxxx	xxxx
Investimento das Empresas Estatais		xxxx
Esferas não Orçamentárias		
VALOR GLOBAL		XXXXX

OBJETIVO 0001

Expandir a área de atendimento do Programa Saúde da Família nas regiões do Estado ainda não cobertas.

Órgão Responsável:

SESA

Meta 2012-2015

Aumentar em 120 o número de equipes de Saúde da Família em três macrorregiões do Estado.

Regionalização da Meta



MACRORREGIÃO	DESCRIÇÃO DA META	TOTAL DA META
Macrorregião 1	Ampliar número de equipe do PSF	40
Macrorregião 2		
Macrorregião 3		
Macrorregião 4	Ampliar número de equipe do PSF	30
Macrorregião 5		
Macrorregião 6		
Macrorregião 7	Ampliar número de equipe do PSF	50
Macrorregião 8		

Iniciativas

Contratação de Agentes Comunitários de Saúde

Contratação de Recursos Humanos em Saúde para o PSF

ANEXO 2

FORMULÁRIO DE PROGRAMA TEMÁTICO SETORIAL

ÁREA TEMÁTICA:

CONTEXTUALIZAÇÃO:

INDICADORES SETORIAIS:

Indicadores Denominação e Fonte	Unidade de Medida	REFERÊNCIA	
		Data	Índice

Programa XXXX _____

Órgão Gestor do Programa

52 Valor Global

Esferas	Valor 2012 (mil R\$)	Valor 2013-2015 (mil R\$)
Orcamento Fiscal e da Seguridade		
Despesas Correntes		
Despesas de Capital		
Investimento das Empresas Estatais		
Outras Fontes		
VALOR GLOBAL		

OBJETIVO 0001

Órgão Executor

Meta 2012-2015

Regionalização da Meta

MACRORREGIÃO	DESCRIÇÃO DA META	TOTAL DA META
Macrorregião 1		
Macrorregião 2		
Macrorregião 3		
Macrorregião 4		
Macrorregião 5		
Macrorregião 6		
Macrorregião 7		
Macrorregião 8		

Iniciativas



(Footnotes)

1 No caso de existir mais de uma meta ligada ao Objetivo, é possível que haja alguma(s) que não sejam regionalizadas, quando o conjunto delas (regionalizadas) permite o seu alcance.

2 No caso de existir mais de uma meta ligada ao Objetivo, é possível que haja alguma(s) que não sejam regionalizadas, quando o conjunto delas (regionalizadas) permite o seu alcance.



